

OBSTÁCULOS À CRIATIVIDADE NOS MEIOS ACADÊMICOS

Eduardo Yáziqi¹

Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

A universidade, com seu livre pensar e sua capacidade crítica, tem como finalidade última servir a sociedade. Atualmente, em virtude das mais variadas transformações por que passa o mundo, reconhece-se a necessidade de modernizar todas instituições, onde a universidade tem o dever ético de conduzir isto da forma mais exemplar. É sob este prisma que sua criatividade se insere como a principal ferramenta de superação dos problemas em pauta. Se aceitarmos a idéia de que um problema nunca se apresenta do mesmo modo no tempo e no espaço, é justamente o gênio criativo que criará a tecnologia apropriada, as idéias, os caminhos da libertação do homem naquilo que depende da ciência, da técnica ou da arte.

As reflexões deste texto correspondem a apenas algumas das dificuldades que obstem exercício da criatividade. Sirvo-me de uma imagem brilhantemente colocada pelo Professor Dalmo Dallari, num debate realizado na USP, em meados da década de 90. Dizia ele, se Einstein apresentasse seu projeto de pesquisa a uma entidade de financiamento seria provavelmente reprovado, por não atender aos padrões. Aqui, trarei algumas reflexões sobre dois aspectos cruciais da criatividade nos meios acadêmicos: a própria produção individual e a questão de quem avalia.

No entanto, é preciso ter em mente, que de acordo com a heurística, toda criação é ruptura, em maior ou menor grau. Sem isto não há criação, há repetição. Ou seja, ela pode assumir tanto o caráter de aperfeiçoamento criativo, em que nega a generalização absoluta de uma teoria, quanto questionar a própria teoria, resultando naquilo que se convencionou chamar de *revolução científica*. Equivale dizer que revoluções não são possíveis a toda hora, nem talvez, fosse o homem capaz de suportá-las amiúde. Daí que não se pode ser original a qualquer custo, pois o risco será o da aberração ou da alienação, verificadas quando a criatividade se conduz sem ética ou para atender formalidades institucionais. Sim, porque a criatividade está além do bem e do mal e pode servir aos fins mais excusos também. Aí estão os pesticidas ou experimentos genéticos atuando em variados sentidos, com métodos genuinamente científicos - ou pseudo-científicos, como foram as teorias raciais.

¹Livre Docente do Departamento de Geografia-USP

VÍCIOS ACADÊMICOS

O discurso pré-concebido nas ciências humanas

Supõe-se que formulações do campo das ciências exatas ou experimentais possam contar, *soi disant*, com maior objetividade... Já as ciências humanas, por envolverem muito mais o eu e os grupos, por frequentemente deixarem-se dominar pelo discurso pronto que representaria a fórmula precisa, repetitiva e imperturbável de explicações. Por isso novas proposições não costumam ser bem vindas, ainda que possam melhorar ou entender a condição social - mas não sem risco de alterar as instituições sedimentadas. As instituições são, por natureza, muito mais estáveis do que os eventos. Algumas delas, muito mais conservadoras do que outras. Veja-se o caso da Igreja ou das Forças Armadas, onde as inovações são acolhidas com extrema cautela. O que se costuma perder de vista é que, por mais sedimentada que seja uma instituição, se suas estratégias, para os próprios fins, não forem contemporaneizadas, ela se torna obsoleta. Neste caso, seria mesmo lícito pensar em modificações estruturais.

O método

Tornou-se voga extrapolar a liberdade de expressão, própria da democracia, à narrativa acadêmica. O resultado é espantoso, quando assume a forma de teses de mestrado, doutorado ou até livre-docência. Virtualmente, nenhuma ciência limita ou pode limitar a formulação de hipóteses ou sua argumentação motivadora que vem por trás, seja ela política, filosófica ou religiosa. O que está em causa é a vulgarização da falta de rigor científico. Não existe um método universal que todos seguem. Cada um acaba construindo o seu, mas em geral não negligenciando procedimento comumente verificados, como identificação de problema, formulação de hipóteses, levantamento e seleção de informações, contemplação e concepção (ou solução). Os padrões pessoais de raciocínio podem subverter essa ordem enquanto sistemática de trabalho. Mas a narrativa acaba tendo de passar por certas formas de expressão, que definem a ciência como conhecimento público. Senão, qualquer modalidade de arte poderia se confundir com ciência...

Embora a maioria dos autores cumpram os procedimentos enunciados, os revéses que podemos detectar situam-se 1) no modo como essas etapas são processadas e, 2) na ausência de solução, que aliás não é exigida em mestrado ou, em sua adulteração pelo discurso.

Deslizes assim são constatados pela frequência com que as teses e dissertações fraquejam. Sem identificação de um problema original (ou seu falseamento) cai-se no lugar comum, deixa-se de contribuir para um imenso universo de problemas que afetam a sociedade. Sem capacidade de processar a informação, especialmente quando se usam ciências auxiliares, substitui-se o *estado da arte* pelo exercício de retórica. Como as teses históricas se constituem numa categoria comum a todas ciências, o mais gritante é que a História seja conduzida sem o domínio de seu trato. Periodizações são criadas ao invés de

serem descobertas; os documentos são aceitos com apreciação ingênua; não se serve da idéia do sistema em questão como indutor da história a ser construída, etc. Daí que, os capítulos introdutórios, sobre história de um lugar por exemplo, são a própria história "oficial" de compêndios ou *folders*, ao invés de serem a evolução do enfoque destacado na pesquisa. Logo, a história-lugar-comum serve de introdução a qualquer trabalho localizado na mesma área. Usa-se a mesma história para o estudo de Igrejas ou de sistema de saneamento de um mesmo lugar. São ilustrações que mostram como a ausência de rigor nos procedimentos de pesquisa desqualificam a criatividade, como se ela pudesse determinar sua própria órbita.

Autores do quilate de W.I.B. Beveridge alertam para o papel da intuição enquanto estruturador da hipótese, circunstância esta ignorada por nada menos que Karl Popper, tido como o Pai do Método Científico. Mas ora, sem a formulação de uma hipótese original, o produto fica comprometido por achismos ou discursos prontos. Isso dá um sentido a priorístico ao trabalho, direcionado para o lado que nos convém e não para o que a pesquisa possa revelar. Em se tratando de ciências humanas, costuma-se ignorar aquilo que Stuart Mill chamou de *imaginação sociológica*. Estou de frente a um problema e tenho uma teoria com respostas que não tem funcionado. Será que não posso imaginar outra ? Será que não posso usar a mesma resposta, porém com modificações ? Será que estou certo, mas minha estratégia errada ? Ora, se essa liberdade de questionamento não for epistemologicamente permitida, aí então teria de questionar a própria liberdade de expressão. Neste caso, inclusive, pesquisas não são necessárias: se já conhecemos a solução de antemão, porque perder tempo, dinheiro e até reputação com pesquisa ?

Nesta perspectiva então, a imaginação (sociológica, urbanística, etnográfica ou o que seja) corresponde às nossas respostas ao desafio. Coloquei respostas no plural, porque o pensamento criativo tem justamente de permitir o maior número possível opções, na busca da melhor, da mais eficaz. Um fenômeno conhecido, imenso, e até hoje sem resposta: as habitações clandestinas situadas na região dos mananciais que abastecem São Paulo de água. Nega-se o direito de viver a perto de um milhão de pessoas ou compromete-se o futuro de quinze milhões ? Nenhum dos dois casos é desprezível. Passadas duas décadas, ainda não se resolveu a questão, verdadeiro desafio ao governo e à imaginação, pois ela pode relevar implicações de várias naturezas: técnicas, políticas, estratégicas sós ou em conjunto, cada uma delas com múltiplas possibilidades diferentes.

O descaso com as disciplinas de *iniciação à pesquisa* ou *teoria e método*, que deveriam preceder todas as outras em qualquer curso, seria grandemente responsável pela qualidade da organização do pensamento e da narrativa. Mas como são procedimentos tidos como trabalhosos e e até incômodos, fazem com que a opção recaia na facilidade do texto descomprometido com o rigor. Em outras palavras, seria necessário que o grau de exigência qualitativa aumentasse, para que o produto mostrasse seus efeitos criativos e portanto de maior relevância social.

A vulgarização de teorias genéricas para todos níveis da realidade se apresenta como outro vício, onde tudo é explicado por um suposto paradigma. Nisto, em geral, os seguidores de um mestre acabam abusando mais do que ele próprio. É o que Isabelle Stengers sugeriu em seu livro *De uma ciência a outra: os conceitos nômade*s. A pesquisa de campo que entra em intimidade com o real e sua dinâmica seria a única capaz de reforçar esta ou aquela teoria. Ou ainda reformulá-la ou negá-la. Desde Newton sabemos que suas leis continuam válidas para certos níveis da realidade mas não no infinitamente pequeno, porque a pesquisa assim demonstrou. A liberdade de expressão, felizmente, é uma conquista inquestionável. O problema surge quando se confunde a natureza do trabalho acadêmico. O ensaio, conforme definição do Robert, é obra literária em prosa, muito livre, tratando de um assunto que não esgota. *O Ensaio, necessariamente, soma referências eruditas, exumadas, e não pretende ser uma dissertação que assenta provas com rigor - para isto existem teses - mas, deve provocar uma visão como ainda não se soube ou se ousou fazer. Suscita dúvidas, reticências ou polêmicas - sem contudo ser panfleto* - Comenta o Magazine Littéraire de Paris. O ensaio pode, legitimamente ser criativo, mas acaba sendo abraçado como tese, sem compromissos com o rigor. Aí posso tanto exaltar tanto a poética do lugar através de impressões subjetivas, como criar uma teoria racial. Qualquer afirmação se torna válida. Eis a questão.

Outro aspecto que pode significar obstáculo à criatividade, reporta-se à própria exigência do método científico de análise. O problema é que as pesquisas costumam limitar-se unicamente à análise. A análise é uma exigência do método mas sem sua etapa seguinte representada pela síntese, ocorre uma limitação na abordagem do objeto. Efetivamente, em todos campos podem ser verificadas plêiades de pesquisadores limitados à análise, tornando a síntese fato muito raro. Chegamos a um grau de consciência, onde o estudo de qualquer assunto só se **revela** quando é abordado em toda sua complexidade. Não existem assuntos pequenos mas análises que se limitam por limitações de pesquisa. No campo das ciências humanas fica bem claro que sem o cruzamento com aportes de variadas disciplinas - geografia, história, sociologia, antropologia, direito, psicologia etc., conforme o caso - não é possível articular o todo requerido pela síntese. Ao que tudo indica, emerge um novo entendimento do conhecimento, que só se realiza no domínio do emaranhado de relações entre as coisas. Se um único pesquisador não for capaz de lidar com as múltiplas abordagens requeridas pelo objeto de estudo, não há outro jeito senão o do trabalho em grupo que nos remete a outras dificuldades. Vejam-se alguns problemas suscitados pelo confinamento dos estudos à mera análise. Regiões-problema como o Vale do Paraíba ou a Região Metropolitana de São Paulo dispõem de estudos em profusão e nenhuma síntese atual e compatível com suas dinâmicas.

Ora, o trabalho em equipes transdisciplinares exige liderança geral e possíveis subgrupos; tempo físico comum e, sobretudo, aquilo que o CNRS já alertou como fundamental: clima de cordialidade - sem se falar de financiamentos. Requisitos como esses exigem que a ordem individual de trabalho seja acompanhada de situações gratificantes. Isto

será visto mais a frente sob a rubrica de financiamentos. Por ora, retenha-se que não se pode confundir projetos integrados, sem síntese pluridisciplinar, com "síntese" circunscrita ao universo de um único ponto de vista...

Consequência desses revéses, suponho que o autodidata, tanto quanto seu objeto de estudo permita, tem mais chances de ser criativo. Com efeito, livre das amarras que uma formação disciplinar acaba impondo, nada o impede de circular pelo saber e assim entender a complexidade de um problema. Claro que um pesquisador individual que se permita estudar disciplinas diferentes da sua, manter diálogo com outros pares, terá igual chance que um autodidata criativo.

A colagem

Um exame sobre coleções de dissertações de mestrado ou teses revelam o abuso da prática da colagem, ao invés do estado da arte, que seria a melhor forma como um conhecimento chegou até nós. A colagem das quais se serviram os membros do Colégio de 'Patafísica, seu mentor Alfred de Jarry e seguidores como Boris Vian, George Perec, Júlio Cortazar e muitos outros considerados precursores do surrealismo na literatura e nas artes plásticas, era pura técnica de criatividade. Técnica assentada no princípio da livre associação, sacramentado por vários autores da teoria heurística. Entretanto, a colagem das teses e dissertação tem sido meras justaposições, sem usos proveitosos e conscientes, e até contraditórias entre si, que não sugerem nova criação mas sim erudição retalhada. Penso que essas séries, de modo organizado, bem entendido, seria o desejável estado da arte, cujo desfecho seria a própria contribuição do autor, coisa que raramente acontece. O resultado freqüente são coleções díspares sem contribuição criativa.

A NOVA INQUISIÇÃO

Financiamento e avaliação

Escolher ser pesquisador é uma espécie de sacerdócio, porque o financiamento da pesquisa não chega a ser uma compensação financeira que proporcione a comodidade à própria pesquisa e mesmo à vida de um consagrado. Apesar da limitação de pesquisas para o próprio país, justo no momento em que a inteligência passa a ser a principal matéria prima do desenvolvimento, não é isto que coloco em questão agora. Penso antes numa inquietação que vai se tornando pública quanto ao problema crucial de **quem avalia**. Não vamos cair na simplicidade ingênua, de crer que avaliação seja desnecessária. A manipulação do dinheiro público ou até obtido de fontes externas, mas com aval de entidades públicas tem que ter critérios positivos e muito claros. Repito, positivos e claros. E é justamente por conta disto também, que coloco o inverso da questão: essas entidades têm o dever moral de prestar conta de seus procedimentos, porque as vagas normas ocultas ou flus, podem permitir qualquer arbitrariedade.

Os teóricos em criatividade nas empresas costumam assinalar, entre outros, um problema de forte peso: o de quem avalia a criação. Este delicado lance, do qual depende enormemente o processo da criação, com todo interesse que pode representar à sociedade, pode, eventualmente, ver-se limitado por dois constrangimentos. O primeiro seria a incapacidade de julgar proposições que representam rupturas com paradigmas correntes - e já sabemos que toda inovação é ruptura, nem que seja parcial. São propostas de trabalho que podem ferir posições as vezes sedimentadas pela titularidade. Outro aspecto, este muito mais negativo, assenta-se nas rivalidades pessoais ou políticas, onde o julgamento é resguardado pelo anonimato ou onde ainda, como é de conhecimento notório, o sentido corporativo costuma reafirmar julgamentos em litígio. Este equívoco é essencialmente pernicioso, porque não raro se julgam pessoas ao invés de dar o peso decisivo aos mecanismos propostos à consecução do projeto.

Há décadas que psicólogos (Rogers, Mackinon, Torrance, Vidal etc.) vêm desvendando a personalidade do ser criador, detectando um conjunto de características perturbadoras do senso comum: julgamento independente; desafio à autoridade; convivência com grande leque de interesses que dão múltiplas abordagens; reformulação etc. O julgamento do projeto, por exemplo, pode dar um peso equívoco ao C.V. aberto, considerando impecilhos, traços reconhecidos como fundamentais da criatividade. Então, a percepção de itens no curriculum, como ampla gama de interesses, capacidade de desafiar autoridades ou humor podem levar uma pessoa à fogueira. O fanfarrão Leonardo Da Vinci ou o dito porralouca Heitor Vilalobos seriam definitivamente banidos. Quanto a Galileu Galilei, já sabemos no que deu. Pior ainda, a história da tecnologia está repleta de casos onde o ser criador é justamente aquele que não tem curriculum demonstrado na área proposta de pesquisa. Lembrem-se que a difusão do relógio a quartzo não pôde se dar na Suíça, mas no Japão; lembrem-se que a IBM foi incapaz de julgar o futuro da Xerox, negando seu funcionário criador. Veja-se pois, o peso, o imenso peso que se deve dar à metodologia proposta como condicionante de um projeto e também, a nova argumentação teórica, só verificável depois da pesquisa pronta.

Nos casos de atividades autônomas, como pintura, literatura ou algumas manufaturas, o autor pode manter certa independência. Mas quando se trata de projetos que envolvam gastos - viagens, equipamentos, testes de opinião com métodos estatísticos etc. o projeto pode ficar inviabilizado por pré-julgamento indevido. Vejo pois fortes razões para que os projetos cresçam na despersonalização do julgamento, ou seja: a) no anonimato do candidato cujo CV seja resumido a um perfil e se possível, sua experiência no campo proposto; b) no julgamento por profissionais muito distantes de vínculos pessoais com a instituição do candidato; c) na explicitação escrita e definitiva de todas considerações, isto é, uma vez colocadas como exigências, não podem ser substituídas por outras. O direito de se conhecer o auto ou os termos de um veredito é universal. Muitas vezes uma recusa provisória no julgamento do projeto ou em seu relatório, ao ser contestada pelo interessado, resulta num vai-e-vem, onde cada parecerista pede uma coisa diferente. Ademais, a situação agrava-se ainda mais, quando

os pareceristas chegam a dar opiniões sobre *como uma coisa tem ser feita* - negando possível criatividade -, contrariando o papel do orientador, criando uma situação absolutamente ambígua e desprovida de ética.

Não raro, um mesmo projeto acaba sendo julgado pela mais diversas instâncias, envolvendo penca de pessoas e pensamentos diferentes: a entidade financiadora; as bancas de qualificação; as bancas de defesa de dissertações e teses; os departamentos aos quais estão afetos os projetos; às comissões supra-departamentais em nível central de universidade etc., cada qual com seus critérios, nunca clara e previamente expostos, reforçando a ocorrência do poder arbitrário ou do julgamento contraditório.

Alguns projetos de grande porte já são financiados por órgãos nacionais de pesquisa, outros por entidades internacionais, mediante convênios. Um deles, o programa de excelência denominado Pronex acenou com grandes possibilidades financeiras. Sua procura foi muito menor do que a esperada em razão do não reconhecimento do adicional de esforço do pesquisador, pois o salário do professor é tradicionalmente baixo. A este parece-lhe muito mais interessante pesquisar individualmente, sem complicações burocráticas do que buscar projetos pluridisciplinares. Este tipo de pensamento que domina a administração da pesquisa, parte do pressuposto que o interessado deve se bastar com o que já tem, o que é falso porque os pesquisadores chegam a colocar dinheiro de seus bolsos e se consomem no tempo da burocracia.

A BUROCRATIZAÇÃO: TEMPO SUBTRAÍDO DA REFLEXÃO

Nomes eminentes da universidade, reconhecidos na espontaneidade e nem sempre oficialmente, isto é, mais sábios do que intelectuais, costumam criticar o abandono da nobreza da reflexão pela burocratização violenta e crescente da universidade. Burocratização que obriga pesquisadores a suspenderem todas atividades durante não menos de um mês, para produzirem relatórios e suas provas. Isto sem falar das verdadeiras ameaças que os mais diferentes órgãos impõem durante toda rotina anual. Um exemplo banal: todos exigem C.V., alguns tem de ser rigorosamente de acordo com seus padrões exclusivistas, devidamente comprovados. Quer dizer, enquanto o cidadão comum letrado já está brincando na Internet, a Universidade ainda não sabe tirar proveito disso para sossego e maior produção de seus membros. Ao invés de centralizar as informações necessárias e deixar a cargo de cada entidade captá-lo à vontade, é-se obrigado a interromper as tarefas mais nobres, já sacrificada pela falta de professores. Especificamente, este é um momento crucial de modernização da universidade. Claro que com tantos outros encargos burocráticos, não sobra muito tempo para a reflexão.

Como o caso do *curriculum vitae*, outros procedimentos elementares nas etapas de pesquisa passam por labirintos e litígios burocráticos, pois a burocracia é uma forma de se manter no poder. Pior ainda, as regras eternamente mutantes, isto é, elaboradas por entidades

sem o sentido facilitador do planejamento, faz do cotidiano da pesquisa uma rotina desencorajadora. Não chegamos sequer à fineza de elaborar um manual universitário, único, contendo tudo, de modo absolutamente claro sobre direitos e deveres, coisa que qualquer firma dos Estados Unidos já faz há décadas. Não temos sequer firmeza em nossas instituições e não raro criamos formas violentas de exigência ao invés de facilitar.

O CRIAR POR CRIAR

Há uma exigência, a meu ver normal, de se cobrar produção dos membros da universidade. A prestação de contas é uma rotina salutar e imprescindível dos regimes democráticos. O que coloco em dúvida é que, ao impor exigências deste teor, como publicações por exemplo, a universidade não se impõe a obrigação incondicional e recíproca de criar condições para sua consecução. Cada faculdade ou departamento tem suas especificidades, mas em vários setores venho notando uma falta crônica de condições de se manter uma revista. Uns porque não têm artigos (e é preciso descobrir porque); outros, mais comuns, simplesmente porque não têm condições de rodar a revista regularmente. As vezes passa-se mais de um ano sem que saia novo número. Com que moral, então, colocar essa exigência ? Como, se as editoras universitárias não dão primazia a seus pesquisadores que deveriam ser a razão de suas existências ? O julgamento do texto recria o problema já enunciado de quem julga. Ademais, e acima disto tudo, coloca-se também a quantidade sobre a qualidade. Simplesmente, a história da pesquisa e da criatividade mostram que não se consegue criar a toda hora, criar nos espaços do tempo burocrático. Acaba-se criando por criar, repetindo muitas coisas, onde muda apenas o cenário de fundo. É a lógica da concorrência capitalista comprometendo um saber cujo tempo não é nem pode ser o do consumo.

BIBLIOGRAFIA

BEVERIDGE. W.I.B. - *The Art of Scientific Investigation*. London, Heinemann, 1979
 _____, *Seeds of Discovery*, London, Heinemann, 1980

MAGAZINE LITTÉRAIRE. Paris, Fevereiro de 89, p. 92

KOESTLER, Arthur - *The Act of Creation*, New York, A Laurel Edition, 1967

STENGERS, Isabelle. *D'une science à l'autre: les concepts nomades*. Paris, Seuil, 1987

¹Livre Docente do Departamento de Geografia-USP